

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR



Personalidade política mais marcante do século XX português, Salazar foi ministro das Finanças de 1928 a 1932 e presidente do Conselho de Ministros de 1932 a 1968.

Filho de pais humildes dedicados à agricultura, nasceu no Vimieiro-Santa Comba Dão, a 28 de Abril de 1889, e ingressou no seminário de Viseu em 1900. Oito anos depois abandonou o seminário e enveredou pelos estudos académicos, matriculando-se na Universidade de Coimbra. Concluiu o curso de Direito e depois o doutoramento em Ciências Económicas, sendo professor assistente de Economia Política e Finanças. Durante esse período, desenvolveu actividade política no Centro Académico da Democracia Cristã e foi eleito deputado pelo círculo de Guimarães, renunciando quase de imediato face à anarquia republicana que reinava no Parlamento.

Entretanto, em 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa lidera a revolta militar que põe fim ao sistema parlamentar, implantado em 5 de Outubro de 1910, e inicia-se a Ditadura Militar. Dois anos decorridos, o então presidente Óscar Carmona convoca Salazar para abraçar a pasta das Finanças e colocar ordem nas contas públicas da Nação: «Sei muito bem o que quero e para onde vou», disse, e de «mago» das Finanças, que conseguiu um saldo positivo das contas do Estado logo no primeiro ano, o homem providencial guindou-se a chefe de governo quatro anos depois. Obcecado com a estabilidade política, o equilíbrio das contas públicas e a ordem social, Salazar funda o regime do Estado Novo em 1933, um regime autoritário, de partido único (a União Nacional) e de cariz corporativo, posto ao serviço da Nação, vincando «não discutimos Deus, não discutimos a pátria, não discutimos a família». Para o efeito, bloqueou os sectores da direita radical nacionais-sindicalistas, bloqueou o socialismo, neutralizou a

corrente monárquica, controlou o capitalismo, dignificou as Forças Armadas e vincou uma ordem interna assenta num aparelho de vigilância e de repressão através da PIDE e da GNR, que obrigou opositores ao exílio e identificou o comunismo bolchevique como inimigo principal. Assente em capitais próprios, lançou, entretanto, uma vasta política de obras públicas e o sector primário prevaleceu face à industrialização.

No campo internacional, Salazar teve de lidar com acontecimentos particularmente complexos, nomeadamente a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e a segunda Guerra Mundial (1939-1945). No primeiro caso, apoiou os nacionalistas de Franco contra a Frente Nacional de Manuel Azãna, garantindo depois um equilíbrio peninsular assente nas boas relações entre Lisboa e Madrid, no segundo, assente no pragmatismo diplomático, evoluiu da neutralidade até à colaboração com os Aliados que, com a complacência do Reino Unido, permitiu a Portugal permanecer fora da beligerância. Finda a guerra, e contrariando as expectativas dos seus adversários ideológicos, Salazar não só se manteve no poder, como pôde incluir Portugal como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949, uma aliança político-militar constituída por democracias. A inserção na ONU ocorreu em 1955.

Mas o derradeiro e, porventura, mais difícil desafio sobreveio com as descolonizações na Ásia, primeiro, e África, depois, sendo obrigado a canalizar tropas para Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, a partir de 1961, para garantir o «Portugal uno e pluricontinental do Minho a Timor» face aos movimentos de luta armada que propugnavam pela independência dos respectivos territórios. Não sem antes o regime abanar com o «terramoto» Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, o desvio do paquete Santa Maria por Henrique Galvão em 1961 e, nesse mesmo ano, a tentativa de golpe de Estado ensaiada pelo ministro da Defesa Botelho Moniz e a queda do Estado Português da Índia. Portugal é um país em guerra e Salazar revela total intransigência sob qualquer tipo de cedência na África Portuguesa, justificada pela trilogia «geografia, heroísmo e comércio», afirmando “a mais estreita e amigável colaboração, se julgarem útil; a maior correcção se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converterem as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios”. A guerra seguiu o seu curso durante treze anos nas três províncias ultramarinas que, no limite, estaria na base para o soçobrar do regime do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974.

Epílogo a que Salazar não assistiu por ter morrido a 27 de Julho de 1970, quase dois anos após uma queda que lhe provocou um derrame cerebral e o afastou da condução dos destinos da Nação.

Como citar este texto:

LOUSADA, Abílio Pires, OLIVEIRA, Humberto Nuno – António de Oliveira Salazar. **Revista Portuguesa de História Militar** - Dossier: Início da Guerra de África 1961-1965. [Em linha]. Ano I, n° 1 (2021). [Consultado em ...], <https://doi.org/10.56092/LUOY4568>